

**Modelo de artigo completo a ser desenvolvido para o VII Ecaeco –
Encontro Científico de Administração, Economia e Contabilidade**

**Panorama do Comércio Internacional dos Estados da Macrorregião Norte
do Brasil**

Artigo Completo

Alex de Souza Jerônimo (UEMS – Ponta Porã) alex.jeronimo@live.com
Claudia Maria Sonaglio (UEMS –Ponta Porã) claudia.sonaglio@gmail.com

Resumo:

O comércio internacional tem sido foco de ampla discussão ao longo dos últimos anos, em função dos efeitos da apreciação cambial, das crises internacionais, do movimento dos preços, entre outros fatores. Os saldos comerciais refletem o desempenho em nível de comércio, mas também agregam informações importantes sobre a especialização produtiva da região e sobre o nível de competitividade da produção, o que por sua vez, têm impacto no crescimento em longo prazo. Diante da diversidade produtiva regional do Brasil, é crescente a demanda por informações sobre o padrão de especialização produtiva e a inserção no comércio internacional, a fim de se criar incentivos à produção, o que por sua vez, ampliaria a inserção externa e o crescimento econômico no longo prazo. A pesquisa tem por objetivo analisar o panorama do comércio internacional da macrorregião norte do Brasil, identificando o padrão e a direção do comércio internacional dos estados que a compõe e, além disso, analisar o quantum comercializado e os termos de troca. Os dados de comércio foram obtidos junto ao site AliceWEB2 e se limitaram ao período de 1997-2012. A análise foi realizada pela desagregação de produto, respeitando a compatibilidade da desagregação de dois (2) dígitos da Nomenclatura comum do Mercosul (NCM). São considerados os valores nominais em dólar expressos em valor FOB. Os principais resultados para o total do período estudado da Região Norte observa-se que a Região Norte exporta mais produtos para países com alto grau de desenvolvimento. Na importação da região é oriunda de países com alto nível de industrialização. O padrão de especialização indica que no caso das exportações, os volumes financeiros maiores são gerados para a venda de materiais primários (commodities), oriundos da agropecuária e dos extrativismos vegetal e mineral. Já em relação às importações da Região Norte, registrou-se maior quantidade de volume financeiro alocado para compra de materiais manufaturados, produzidos com alta tecnologia e de alto valor agregado. Roraima e Amazonas foram os dois únicos estados da região que apresentaram perda nos termos de trocas no total do período da pesquisa devido a diminuição do preço das exportações e o aumento dos preços nas importações. Os outros estados apresentaram ganhos nesses mesmos termos de troca. Enquanto Amapá, Pará e Rondônia registraram melhora significativa desses termos ao longo dos anos da pesquisa.

Palavras-chave: Comércio, Internacional, Macrorregião Norte, padrão de especialização, Índice de quantum.

1 Introdução e Revisão da Literatura

O comércio internacional tem sido foco de ampla discussão ao longo dos últimos anos, em função dos efeitos da apreciação cambial, das crises internacionais, do movimento dos preços, entre outros fatores. Os saldos comerciais refletem o desempenho em nível de comércio, mas também agregam informações importantes sobre a especialização produtiva da região e sobre o nível de competitividade da produção, o que por sua vez, têm impacto no crescimento em

longo prazo. Diante da diversidade produtiva regional do Brasil é crescente a demanda por informações sobre o padrão de especialização produtiva e a inserção no comércio internacional, a fim de se criar incentivos à produção, o que por sua vez, ampliaria a inserção externa e o crescimento econômico no longo prazo.

Uma revisão do processo histórico de ocupação e apropriação do território do norte brasileiro, desde as primeiras tentativas de exploração e colonização do século XVII, pelos portugueses, e mais adiante por brasileiros, na tentativa de desenvolver a região, nos mostra certa ausência e atraso na participação da mesma no desenvolvimento econômico e social do país.

Embora não fugindo a essa regra geral, a ocupação da Amazônia tem pelo menos três particularidades em relação a outras porções do imenso território latino-americano: i) a ocupação tardia e disputada por múltiplos atores; ii) os surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, sempre por iniciativas externas, seguidos de longos períodos de estagnação; e iii) a geopolítica que explica o controle de tão extenso território com tão poucos recursos, na medida em que os interesses econômicos dominantes foram regularmente malsucedidos na implementação de uma base econômica e populacional estável.

Um segundo nível conceitual de diferenciação da Amazônia refere-se ao confronto de modelos de ocupação territorial. Trata-se de duas concepções distintas. Uma, predominante, baseada numa visão externa ao território, que afirma a soberania privilegiando as relações com a metrópole, ou seja, um modelo exógeno. A outra compreende uma visão interna do território, fruto do contato com os habitantes locais, privilegiando o crescimento endógeno e a autonomia local, como foi o projeto missionário. As missões conseguiram o controle do território com uma base econômica organizada, o que o governo colonial não conseguiu. Os efeitos econômicos governamentais foram desagregados para o Vale do Amazonas, mas foram condições para a unidade política da Amazônia (BECKER, 2001a, 2001b).

Quando portugueses e espanhóis passaram a ter um único rei, Filipe II, no episódio conhecido como União das Coroas Ibéricas (1580 – 1640) as nações inimigas da Espanha passam a ver na invasão do espaço colonial lusitano uma forma de prejudicar a Espanha. Sendo assim, no tempo em que a União Ibérica foi vigente, ingleses, holandeses e franceses tentavam invadir a Amazônia do Brasil.

Sob a ótica da conquista ibérica monopolista, da concorrência colonial mercantilista e das tensões internacionais, as invasões inglesa, francesa e holandesa delineiam a função que a Amazônia passa a assumir para Portugal e Espanha no conjunto das relações políticas e econômicas europeias, qual seja, de redefinição do equilíbrio europeu nos momentos mais críticos. As disputas das companhias de comércio na Amazônia estão, assim, inseridas nos jogos de ascensão e declínio das potências europeias.

E, nesse jogo, variam as estratégias de apropriação do território no tempo, reconhecendo-se pelo menos três delas. No século XVI, a posse e o conhecimento do território configuram um verdadeiro “loteamento”, palavra que diz muito do clima de disputa mercantil e da corrida colonial na conquista e colonização da Amazônia (SILVA, 2004, p. 26). “O simples fato de navegar pelo rio Amazonas fazia com que o rei do qual o descobridor fosse súdito lhe desse a posse da região, como fizeram o rei de Espanha, da França e da Inglaterra” (FREIRE, 1987). Bases coloniais holandesas e inglesas iniciadas nas possessões antilhanas passaram à América do Sul, chegando até o vale do Amazonas – antes mesmo das ibéricas – em contatos de reconhecimento sucedidos por feitorias – casos dos fortes de Nassau e de Orange, no Xingu (1559). A anarquia desse processo expressa forças econômicas e políticas novas emergentes no Antigo Regime – cada lote é um retalho de complexidade desse conjunto que inclui projetos

diferentes de Amazônias Estrangeiras. Em comum, “o sentido de dominação dos povos e territórios e de medir, no Ultramar, as diferenças europeias e as fronteiras das monarquias” (FREIRE, 1987).

Além disso, havia a disputa pelo domínio do território das “drogas do sertão”, produtos de grande valor comercial na época, como a canela, o cravo, o anil, as raízes aromáticas, as sementes oleaginosas, e a salsaparrilha, que os estrangeiros tentavam apoderar-se, por essa e outras razões torna-se necessário defender o território próximo a essa área.

As invasões inglesa, francesa e holandesa na Amazônia expressam por um lado as iniciativas privadas em ascensão que passam a competir com o estado absolutista; e, organizadas em companhias de comércio da França, Holanda e Inglaterra, afetam o monopólio comercial ibérico. De outro lado, essas iniciativas particulares, quando associadas ao apoio dos Estados de origem, eram forças políticas que configuravam um novo processo de hegemonia em consolidação na Europa, passando pela disputa dos territórios coloniais (FAORO, 1984; SILVA, 2004).

Na tentativa de conter militarmente essas investidas foram construídas fortificações no Norte brasileiro, a fim de evitar perda de territórios na colônia.

As mais importantes foram: São Luiz do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616) e Macapá (1636). “A política portuguesa, visando ao exercício de sua soberania no mundo físico-político imenso que estava criando, firmou-se com a ereção de pequenas fortificações, que representavam o poder militar dos portugueses e asseguravam o exercício de sua soberania com maior segurança. O forte do Presépio construído em 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco e origem do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, foi o início dessa política de fortificações” (REIS, 1984)

Outra estratégia para assegurar a posse de território foi a criação de unidades político-administrativas, os Estados. Em 1621, cria-se o Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luiz. Em 1751, dada a importância econômica e política de Belém, cria-se o Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém. Em 1774, o Estado passa à condição de Capitania, como parte do Estado do Brasil. Apesar disso, manteve os vínculos administrativos diretos com Portugal até 1822.

A Espanha cria o Estado do Maranhão e Grão-Pará – logo separado do Estado do Brasil (1624) – que se estendia desde o Ceará até o rio Amazonas, com sede própria em São Luís, e estreita ligação com Portugal, onde gozava de regalias; a Capitania do Cabo (1637) criada em represália à fundação de companhia comercial francesa na Guiana (Cabo Norte) conteve as pretensões da França assegurando a posse do Amazonas ao governo do Rio Negro e protegendo os limites ocidentais do Grão-Pará. Em 1639, por sua vez, a expedição exploratória de Pedro Teixeira destrói os fortes holandeses implantados no Xingu. (BECKER, 2001a e b).

No final do século XVII já haviam sido criadas duas capitanias da Coroa: Pará e Gurupá, além de cinco capitanias particulares: Cameté, Cayté, Joannes e Cabo Norte, no Pará e Cumá no Maranhão. É o momento de expulsão dos holandeses, ocorrendo uma violenta campanha de intimidação contra os indígenas, a fim de desestimular qualquer tentativa de aliança com os estrangeiros.

Para MACHADO (1989) O primeiro sistema de controle territorial foi baseado na construção de fortins nos locais de concentração de população indígena, com o objetivo de capturá-los e impedir sua aliança com as nações europeias, e na introdução de companhias religiosas com o objetivo de pacificar os indígenas.

Até meados do século XVIII a ocupação do território foi baseada em pequenos núcleos isolados por grandes distâncias em uma região de difícil locomoção. Isso pode ser apontado como um dos fatores do baixo desenvolvimento comercial da região até os dias de hoje.

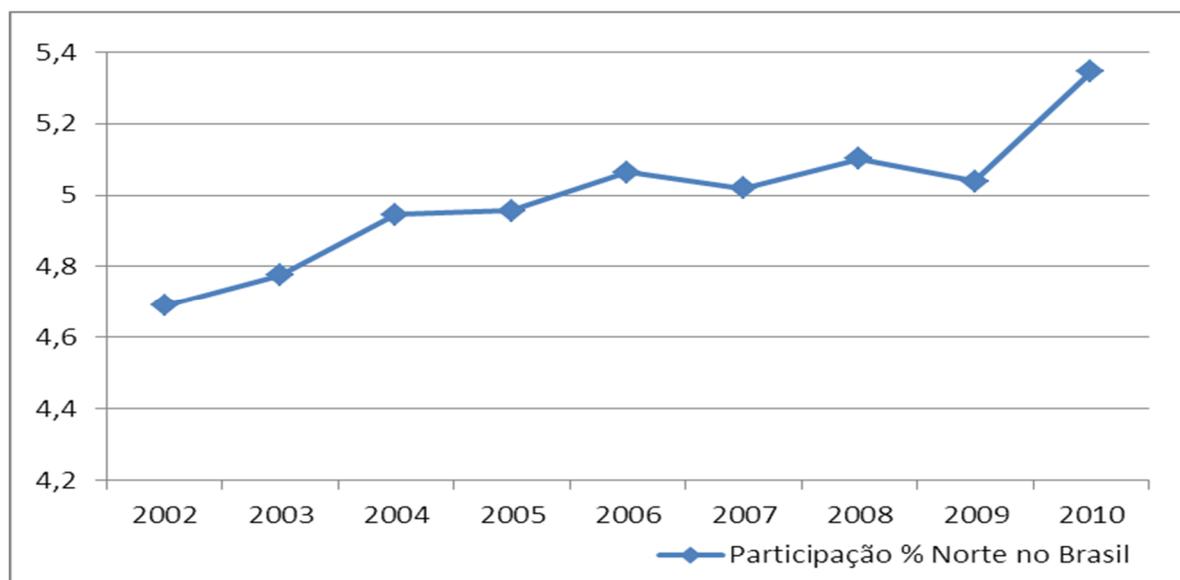
Foi somente na segunda metade do século XVII que a Amazônia se articula ao conjunto do sistema colonial português, e apenas no século XIX integra-se ao Império brasileiro. Evidenciando o atraso histórico da integração com o resto do país, o Pará foi o último estado a aderir a Independência do Brasil, três anos depois do fato, em 1823.

Entender como o modo de colonização do norte, diferente de outros modelos aplicados no Brasil, influenciou no comércio internacional dos dias de hoje é essencial para ilustrar as peculiaridades da economia na região.

1.2 Características Básicas da Economia da Região Norte

A participação percentual no PIB do Brasil vem aumentando razoavelmente ao longo dos últimos anos. Em 2002 representava 4,7% do total de bens e serviços produzidos no país. Já em 2010 a participação regional subiu para 5,3 %. Os dados da participação percentual da Região Norte no PIB do Brasil são evidenciadas no Gráfico 1.1.

Gráfico 1.1 – Participação do Norte no PIB do Brasil



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 2010, o estado do Pará registrou o maior PIB da macrorregião, representando 38% do produto interno bruto total da região, seguido por Amazonas que representa 29% e Rondônia 11,69%. Em relação aos demais estados que compõem a região, Tocantins participa com 8,56%, Acre 4,21%, Amapá 4,10% e Roraima 3,15% do produto regional.

As participações relativas nas importações e exportações regional, em relação ao total do Brasil também aumentaram consideravelmente nos últimos dez anos. As importações subiram de 5,3 para 6,9% do total nacional. As exportações alavancaram sua representação diante do mesmo cenário de 5,7% em 2002, para 7,3% em 2012.

No caso das exportações, o estado do Pará está na liderança da região, com 83,6% de todo volume exportado do Norte brasileiro. Isso se deve em parte pelo grande volume de exportações de minério na região de Carajás. Em relação às importações o estado em destaque é o Amazonas que importa 85,3% do total da macrorregião norte, provavelmente em virtude da importação de peças para as linhas de montagem na Zona Franca de Manaus.

1.3 Debates em torno da Teoria do Comércio Internacional

A discussão sobre Comércio Internacional é antiga e controversa. Ela progrediu de acordo com a evolução da própria Ciência Econômica. Clássicos e Neoclássicos defendem teorias baseadas no liberalismo econômico. Já os desenvolvimentistas baseiam-se na defesa da assimetria das interações comerciais internacionais e apontam medidas que as harmonizem.

Dadas as complexidades dos temas e a influência de variáveis heterogêneas, não é possível obtermos uma teoria geral e única do comércio internacional. É importante, por isso, termos um balanço dos diferentes enfoques teóricos do comércio internacional. (GONÇALVES, 2005).

1.3.1 Teoria das Vantagens Comparativas

A maior parte da teorização sobre comércio internacional trata dos determinantes básicos dos padrões de comércio de bens e das implicações do comércio sobre o bem-estar. As principais teorias de comércio internacional baseiam-se, em sua maioria, no princípio da vantagem comparativa, ou seja, supõem serem as trocas internacionais de bens o resultado das diferenças entre os países em termos de custos relativos e, conseqüentemente, de preços relativos. O princípio da vantagem comparativa significa focar os determinantes do comércio internacional pelo lado da oferta. Contudo, o papel da demanda foi reconhecido pela escola clássica inglesa na medida em que fatores pelo lado da demanda sejam de importância especial na determinação dos preços relativos. (GONÇALVES, 2005).

Como regra geral, qualquer país tenderá a exportar produtos nos quais tenha vantagem comparativa, isto é, a vantagem que um país tem na produção de determinado bem, se for relativamente mais eficiente na produção desse bem do que o outro país da comparação. O problema teórico básico é, por conseguinte, a explicação dos determinantes primeiros das diferenças entre os países em relação aos custos comparativos.

1.3.2 O pensamento Clássico sobre Comércio Internacional

Smith, em *Riqueza das Nações* (1776), defende que o comércio internacional fundamenta-se na vantagem absoluta de custos. O autor desenvolveu sua base de pensamento na teoria do valor-trabalho. Para ele o comércio internacional resulta em bem-estar geral, uma vez que cada nação troca o que lhe sobra pelo que lhe falta, a tendência em longo prazo seria o crescimento da riqueza das nações, independente do teor de especialização nacional.

Ricardo (1882) aprimorou essa teoria, ao estender a possibilidade de ganhos de comércio também para países que não possuem vantagens absolutas em relação a outros. Segundo Ricardo, não é o princípio da vantagem absoluta que determina a direção e a possibilidade de se beneficiar do comércio, mas a vantagem comparativa.

David Ricardo, no início do século XIX, aponta que as relações comerciais internacionais levam para um princípio de vantagens comparativas, não absolutas. Diz que países tendem a importar bens em que a demanda de trabalho para produzi-lo seja menor no exterior e tenderiam a exportar os produtos produzidos com menor trabalho internamente. Ou seja, o comércio entre nações beneficiaria a países com mais ou menos eficiência em todas as linhas de produção. (ARAÚJO, 1988)

1.3.3 Modelos Neoclássicos Hecksher e Ohlin

Heckscher e Ohlin, neoclássicos, desenvolvem um modelo que enfatiza os motivos que diferenciam os custos dos bens que os países importam (exportam) relacionados à escassez e aos fatores de produção. Propunham analisar a ideia de rendimentos crescentes diante do acúmulo de conhecimento, que faz cair o custo de produção acumulado.

Ao incorporar fatores básicos de produção (trabalho, terra e capital) à sua análise, Hecksher ampliou o modelo ricardiano, no qual os preços relativos refletiam a produtividade relativa do trabalho. Porém, é a suposição de igualdade internacional de tecnologia que gera as bases para as propostas principais do modelo neoclássico de comércio exterior - modelo de Heckscher-Ohlin. (GONÇALVES, 2005). O modelo mostra que um país exportará bens que utilizarem intensivamente seu fator abundante e importará bens que utilizarem intensivamente seu fator escasso. O comércio leva a convergência dos preços relativos.

Os testes empíricos do modelo de Heckscher-Ohlin, o estudo de maior impacto foi realizado por Wassily. Leontief e analisou o comércio internacional dos Estados Unidos. Sua análise das exigências de capital e trabalho domésticos das exportações e das importações estadunidenses baseou-se na matriz de insumo-produto da economia norte-americana de 1947 e em uma desagregação de 200 setores de atividades. Nesse estudo ficou claro que as exportações embutiam menos capital por trabalhador que as importações, ou seja, num país industrial, rico em capital, as exportações eram mais intensivas em trabalho que as importações. Este resultado, que era contrário ao esperado do modelo de Heckscher-Ohlin, ficou conhecido como o Paradoxo de Leontief, e estimulou o desenvolvimento de estudos teóricos e análises empíricas do comércio internacional.

A teoria baseada na vantagem comparativa gerada pela disponibilidade relativa de fatores vem apresentando, muitas vezes, falhas ao tentar explicar os padrões de comércio. Os principais motivos são as características do comércio atual e a falta de realismo dos pressupostos desse modelo.

Para Krugman e Obstfeld (2001), há três fatos recentes sobre o comércio que contribuíram para a incapacidade da teoria em explicar a realidade atual. O primeiro é o crescente comércio de produtos cuja produção envolve proporções de fatores semelhantes. O segundo é a existência de grande volume de comércio internacional entre países industrializados com a dotação de fatores semelhantes. O terceiro é a ascensão da empresa multinacional, que criou um novo tipo de fluxo de comércio: a importação e a exportação entre diferentes subsidiárias de uma mesma firma, o que enfraqueceu ainda mais as explicações tradicionais sobre os padrões do comércio.

1.3.4 Teorias Desenvolvimentistas do Comércio Internacional

Os desenvolvimentistas, por sua vez, a fim de explicar como as diferentes formas de especialização produtiva e inserção comercial influenciam o desempenho econômico relativo dos países, apresentaram novas teorias em contrapartida à visão liberal. Harmonizar assimetrias, explicar os diferenciais no crescimento e distribuir perdas e ganhos envolvidos nas interações comerciais internacionais são temas comuns. (OLIVEIRA, 2003)

Archibugi e Michie (1997, 1998) apontavam para a importância da diferença tecnológica entre as nações para explicar as desigualdades de crescimento. Embasados pelo trabalho do economista alemão Friderich List, que teoriza dando valor ao trabalho intelectual humano, ao contrário dos clássicos que apenas davam valor ao trabalho físico. List também evidencia o caráter estático do desenvolvimento das nações propostas na teoria liberal.

Porter (1989), ao contestar as teorias clássicas, propõe uma nova abordagem, que deve ir além do conceito de vantagem comparativa, para se concentrar na vantagem competitiva dos países,

refletindo o conceito de competição, que inclui mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidades tecnológicas e economias de escala.

O sistema protecionista, na medida em que constitui a única maneira de colocar as nações ainda atrasadas em pé de igualdade com a nação predominante (a qual, aliás, nunca recebeu da natureza um direito perpetuo ao monopólio industrial, senão que apenas conseguiu adiantar-se às demais em termos de tempo), esse sistema protecionista, considerando sob este ponto de vista, apresenta-se como meio mais eficaz para fomentar a união final das nações, e, portanto, também para promover a verdadeira liberdade de comércio. (LIST, 1983, p.93).

Os não liberais, de forma geral, confirmam que a dotação fatorial depende de diferencial tecnológico, conhecimento e capacidade. Deixando clara a necessidade de intervenção do Estado sobre as trocas internacionais quando o objetivo seja aumentar a riqueza de uma nação.

2. Metodologia

Os dados de comércio obtidos junto ao site AliceWEB2 e se limitaram ao período de 1997-2012. A análise é realizada pela desagregação de produto, respeitando a compatibilidade da desagregação de dois (2) dígitos da Nomenclatura comum do Mercosul(NCM). São considerados os valores nominais em dólar expressos em valor FOB.

A estatística descritiva foi utilizada para identificar os principais produtos na pauta de comércio da macrorregião Norte, o que permite analisar o padrão de especialização. A caracterização da direção do comércio, foi realizada a partir da identificação das participações relativas dos principais parceiros comerciais.

A metodologia utilizada para o cálculo da variação de quantum segue a proposta pela Funcex – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, para cálculos dos índices agregados. Os índices de preços são determinados a partir do índice de Fischer e foram calculados a cada período, de acordo com a expressão abaixo:

$$I_P^{0,1} = \sqrt{\frac{\sum p_i^1 * q_i^0}{\sum p_i^0 * q_i^0} * \frac{\sum p_i^1 * q_i^1}{\sum p_i^0 * q_i^1}}$$

Em que *mercadoria* i no período-base e p_i^1 o preço da mercadoria i no período subsequente; q_i^0 é a quantidade da mercadoria i no período-base; e q_i^1 refere-se à quantidade da mercadoria i no período seguinte.

O índice de quantum foi calculado de forma implícita, onde v corresponde ao valor FOB de exportação (importação) em cada período, conforme a expressão a seguir:

$$I_q^{0,1} = \left(\frac{v^1}{v^0}\right) / I_P^{0,1}$$

3 Direção do Comércio Internacional da Região Norte

A Região Norte em sua totalidade foi capaz de exportar para 196 países. O valor total das exportações passa dos US\$ 130 bilhões no período. A China, maior receptor das exportações da região é responsável por 18% desse total, seguida por Estados Unidos e Japão representam 11% cada. Enquanto a Alemanha com 5% e a Argentina com 4% encerram a lista dos 5 principais destinos da exportação da macrorregião estudada.

Ainda no mesmo período, o valor total das importações registra um montante de US\$ 117,4 bilhões oriundas de 177 países. Dessa quantia, a China (23%) é o principal fornecedor para a região, os Estados Unidos representam 14% r. Seguidos por Japão (13%), Coreia do Sul (12%) e por Taiwan (4%) Esses países compõe a lista dos 5 principais países de origem das

importações da região norte. O saldo de Balança Comercial da macrorregião Norte do Brasil apresentou um saldo positivo no valor de US\$ 12.6 bilhões.

O estado do Amazonas representa 12% do total exportado pelo Norte, registrando um total de US\$ 15.9 bilhões em exportações para 158 países entre 1997 e 2012. Os dois principais destinos da exportação do estado são a Argentina (23,1% do total) e os Estados Unidos (22,8%). Entre os 3 países vizinhos e que fazem fronteira com o Estado do Amazonas - Venezuela, Colômbia e Peru – dois deles se destacam entre os destinos da exportação amazonense: A Venezuela, que representa cerca de 10% do total das transações desse tipo e a Colômbia, que fica com 7% do total em análise.

A importação do estado do Amazonas é destaque na região norte, representa 88,8% do total importado na macrorregião. Foi registrado um volume financeiro de US\$ 104.3 bilhões equivalentes a importação vinda de 168 países. Desse valor, 24% representa as importações oriundas da China, o Japão e a Coreia do Sul dividem a segunda colocação com 14% cada. Os Estados Unidos com 11% e Taiwan com 5% fecham a lista das 5 principais origens de exportação para o estado amazonense. Esse volume grande de importações faz com que o saldo das transações internacionais do Amazonas esteja negativo no somatório do período entre 1997 a 2012, registrando US\$ - 88.3 bilhões de déficit. Isso ocorre, muito provavelmente, em virtude da importação de peças que serão usadas nas linhas de montagem de grandes indústrias na Zona Franca de Manaus que, depois de montar os manufaturados vendem grande parte para o próprio mercado consumidor interno.

No Acre é possível notar o baixo volume de transações comerciais internacionais em comparação com os outros estados da pesquisa. Fechando o período (qual?) com um montante de US\$ 165,3 milhões em exportações, o estado representa apenas 0,12% do total exportado do Norte. As transações ocorreram com 77 países. A Bolívia, país vizinho e que faz fronteira com o Acre e nação à qual pertenciam a região do estado há até pouco tempo atrás, é o principal destino das exportações acreanas, para lá foram 25% do total das exportações do estado. O Reino Unido, que ocupa a segunda colocação vem logo em seguida com 24%, China e Estados Unidos com 9% cada e Itália com 4% encerram a lista.

As importações do Acre representam uma pequena parcela (0,05%) do total da região norte. Com um volume financeiro de US\$ 64.6 milhões referentes à importação com 26 países. Desse volume 36% são correspondentes ao Canadá, o maior parceiro nessas transações. Seguido por 29% da Espanha, 11% dos Estados Unidos além dos 6% da Argentina e os 3% dos holandeses. O saldo registrado das trocas internacionais do estado foi positivo, registrando um volume financeiro no valor de US\$ 100.7 milhões.

O Amapá, que também apresenta um baixo volume de transações comerciais internacionais, representando apenas 1,8% do total exportado pela macrorregião norte. O total exportado para 61 países no mundo, acumulou um montante financeiro no valor total de US\$ 2.4 bilhões. 33% são transações com a China, principal destino das importações amapaenses, junto com os 23% do Barein, os 15% dos Estados Unidos e os 5% cada de Japão e Turquia quase totalizam as exportações do estado.

Em relação às importações, o Amapá representa 0,48% do total importado pelos nortistas, ou seja, valor total de US\$ 573.8 milhões oriundos de 81 países. Desse valor, os Estados Unidos ficaram com 23%, a China 21%, Reino Unido e Finlândia com 7% cada, A França fecha a lista com seus 4%. Observa-se saldo positivo das transações comerciais internacionais ao longo do período - 1997/2012 - no valor de US\$ 1.8 bilhão.

O Pará é o líder das exportações no norte brasileiro, sendo responsável por 80% das transações de exportação da macrorregião analisada. Durante o período os paraenses exportaram para 178

diferentes países da comunidade internacional um montante alto de valores, registrados na casa de US\$ 104.4 bilhões. A China destaca-se como o principal destino das exportações do Pará, representa 21% dessas transações. 13% são do Japão, 10% dos Estados Unidos e 6% para a Alemanha. Bélgica, França e Coreia do Sul, 4% cada.

O estado do Pará importou 7,91% do volume total importado pela macrorregião norte. As importações vindas de 111 países alcançaram um volume na ordem de US\$ 9.2 bilhões. A maioria das transações (47%), foram firmadas com os Estados Unidos, Argentina e Alemanha, juntas na segunda posição, representam pouco mais de 5% cada. Colômbia, China e Japão, responderam por 4% cada. O alto volume financeiro das exportações deixa os paraenses com um saldo positivo em suas transações comerciais internacionais (US\$ 95.1 bilhões).

Rondônia representa 3,1 % das exportações da região em estudo. Foram feitas exportações para 154 países em uma marca total de US\$ 4.1 bilhões. A ordem da distribuição entre os principais receptores da exportação de Rondônia fica em: 18% para Rússia. Holanda 9%, Egito 8% fechando com Hong Kong, Venezuela e China com 7% cada.

As importações em Rondônia ficam em 1,71% do total do norte. Foram feitas transações com 99 países e registrou-se um volume financeiro total de US\$ 2 bilhões. Os países mais importantes para a importação rondoniense, em ordem, são a China, representando 30% do total, os Estados Unidos que representam 11%, Suécia que é 9% seguida por Argentina e Finlândia, 3% cada. O aumento gradual das exportações durante o período deixam Rondônia com saldo positivo em suas transações comerciais internacionais computadas na marca de US\$ 2.2 bilhões.

Roraima é o estado que mais faz transações internacionais com um país vizinho de fronteira, usando a proximidade logística a favor das trocas, a Venezuela destaca-se dentro do estudo da economia internacional roraimense. Em exportação, no cenário da macrorregião norte, Roraima representa apenas 0,11%, ou seja, US\$ 143.9 milhões através de transações com 48 países. A lista dos 5 principais parceiros na exportação, confirma a forte participação da Venezuela nas trocas internacionais de Roraima e apresenta-se em 41% do total exportado para a própria. Seguida por Holanda 15%, Itália e provisão de navios e aeronaves com 7% e Rússia 5%.

A participação de Roraima nas importações nortistas representa somente 0,05%. As transações foram registradas com de 37 países chegam à valores na ordem de US\$ 68.4 milhões. Só a Venezuela recebe 53% dessas importações, outros 12% vão para os Estados Unidos, 9% para China, 5% para Itália e 4% ao Canadá. No período em que a pesquisa dedicou-se, Roraima tem um saldo positivo em suas transações comerciais internacionais no valor de US\$ 75.5 milhões.

Tocantins é 2,1% do total exportado pelo norte do Brasil. O estado exportou para 88 países o valor de US\$ 2.7 bilhões, dos quais 27% foram para Espanha, 22% para China, 8% para Rússia, 6,5% para Portugal e 5% para Holanda.

As importações do Tocantins não chegaram 1% do total importado pelo norte. Foram realizadas transações com 75 países e registrado um montante de US\$1 bilhão. Dos quais 33% foram com a China, 8.5% à Itália, 8% com os EUA, 5% com a Argentina e a Alemanha. Saldo da balança é positivo em valores de US\$ 1.7 bilhões.

4 Padrão de Especialização das Trocas Internacionais da Região Norte

O tópico identifica quais os tipos de produtos destacam-se nas trocas internacionais da região, mostrando o padrão da produção para comércio exterior de cada estado. Nas importações, mostra o padrão das compras feitas fora do país que tiveram como destino a Região Norte.

O padrão de especialização da macrorregião norte, indica que no caso das exportações, os volumes financeiros maiores são gerados para a venda de materiais primários (commodities), oriundos da agropecuária e dos extrativismos vegetal e mineral. Já em relação às importações da Região Norte, registrou-se maior quantidade de volume financeiro alocado para compra de materiais manufaturados, produzidos com alta tecnologia e de alto valor agregado.

Os principais produtos exportados pelo Amazonas são diferentes da maioria dos principais produtos exportados pelos outros estados da região Norte. Ao contrário de seus vizinhos regionais, os amazonenses exportam principalmente produtos industrializados e de alto valor agregado. Grande parte da razão disso pode ser explicada pelo fato da existência do polo Industrial da Zona Franca de Manaus, na capital do Estado. Do acumulado total das exportações do Amazonas (US\$ 15.9 bilhões), a maior parte foi destinada na venda de produtos industrializados, e sua distribuição relativa nos mostra: eletroeletrônicos (46,2%), como principal produto entre os anos 1997 e 2012. O produto Veículos (14,5%) ocupa a segunda colocação, seguido de produtos alimentícios (13%). Ferramentas manuais (5,9%) e máquinas industriais (5,15%) fecham a lista dos cinco principais produtos da exportação amazonense.

No que se refere à importação do Estado do Amazonas, pode-se dizer que os dados apontam o mesmo padrão da importação dos estados vizinhos. Porém o valor dos produtos importados é bem maior que o dos exportados, fortalecendo a interpretação de que os produtos vindos de fora do país tem mais tecnologia empregada, portanto maior valor agregado. Outra explicação pode ser que grande parte das indústrias da Zona Franca são apenas montadoras, que importam todas as peças e apenas montam seus produtos ali, com baixa transferência de tecnologia e valor, e a maioria desses produtos montados são vendidos dentro do mercado interno. Os fatos associados levam a um saldo da balança comercial do Amazonas negativo em cada ano da análise e também no acumulado total dessas trocas.

No volume financeiro total das importações do Amazonas (US\$ 104.3 bilhões), a divisão percentual entre os principais produtos ficou da seguinte forma: Eletroeletrônicos (58%) em primeiro, máquinas industriais (14,9%) em segundo, combustíveis (3,9%) em terceiro e veículos e suas peças (3,65%) fecha a lista em quarto.

O principal produto exportado pelo estado do Acre é a madeira, provinda da abundante reserva natural do produto naquele lugar. Esse bem representou pouco mais de 60% do total do valor exportado. Frutas foram 19% e são o segundo produto em importância financeira. Outros produtos apresentam grande variação percentual ano a ano, sendo possível computar sua importância através do acumulado no período da pesquisa.

Nas importações do Estado do Acre, que atingiram a marca de US\$ 64.6 milhões no acumulado do período, o maior volume financeiro registrado fica por conta da compra de Aeronaves e aparelhos espaciais, com 44,5% do montante, as máquinas industriais e os eletroeletrônicos foi destaque durante o período analisado.

No estado do Amapá, do volume financeiro exportado no acumulado do período (US\$ 2.4 bilhões), o maior volume alocou-se nas vendas de produtos primários oriundos da extração de minérios (64,8%), vegetais (20,8%) e pedras preciosas (10%).

Quanto às importações do Amapá, a maior parte do total de volume financeiro para essas trocas (US\$ 573.8 milhões) ficaram alocados para a compra de produtos industrializados de alto valor agregado: Máquinas Industriais (28,3%) ficaram com a maior parte dos recursos no acumulado entre 1997 e 2012. O produto Embarcações destacou-se no final do período analisado enquanto à importação de combustíveis, que era alta no começo - entre 1999 e 2002 - caiu durante os anos seguintes.

O Pará, maior exportador da região Norte - US\$ 104.4 bilhões no acumulado entre 1997 e 2012 – alocou a maioria do total financeiro em vendas internacionais com produtos primários. Os Minérios (54%) são os principais produtos importados pelo estado em todos os anos da análise (1997 – 2012) e, pode ser explicada em grande parte pela extração mineral existente na região de Carajás. O aumento gradativo do preço das commodities no mercado mundial entre 2008 e 2012 é percebido na análise com um aumento agudo da participação relativa do valor total desse produto dentro da exportação paraense. Alumínio (11,25%) é o segundo colocado, pois no estado estão localizadas duas das maiores indústrias produtora da liga no mercado mundial – Albrás e Alcoa. Por ser o segundo estado em território na região coberta por floresta amazônica, é importante destacar que o estudo mostra que o produto madeira – quinto colocado com 6,49% do acumulado - foi perdendo participação relativa ano a ano da pesquisa. Isso pode evidenciar a diminuição do desmatamento no estado, uma vez que nota-se uma elevação do preço desse produto durante cada ano estudado.

Nas importações, o Pará apresentou um montante de US\$ 9.2 bilhões. Segue o padrão da maioria dos estados em relação aos principais produtos importados. Máquinas industriais (23,85%) lideram a lista dos principais produtos no acumulado. Podemos associar essa concentração nesse tipo de produto devido os grandes empreendimentos realizados naquele estado no período – A construção da segunda etapa da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1998 a 2008), a montagem do complexo industrial de alumínio da Alcoa na região de Santarém (2004 a 2009), a crescente expansão do volume da extração mineral na região da Serra dos Carajás entre outros – evidenciam o aumento da demanda pelo tipo do produto no Pará.

O acumulado das exportações do Estado de Rondônia ficou na ordem de US\$ 4.1 bilhões no acumulado entre 1997 e 2012. Nota-se uma grande queda da participação relativa do produto madeira ao longo dos anos pesquisados. Era 77,4% em 1997 e caiu para 4,72% em 2012. Em situação contrária ficou o produto Carnes, que aumentou sua participação relativa, que era irrisória em 97 para 46,6% no ano de 2012, deixando em evidencia a importância da grande expansão do mercado de pecuária no estado durante os últimos anos analisados.

Já o total importado por Rondônia, entre 1997 e 2012, foi na ordem de US\$ 2 bilhões. A maioria do valor foi alocada em compras de eletroeletrônicos (25,7%), alta em todos os estados da região, também é destaque em Rondônia. Maquinários industriais (10,8%), e pode ter se dado ao fato dos novos empreendimentos agropecuários e de construção civil entre os anos da pesquisa – Construção de duas Usinas Hidrelétricas no rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, que começou em 2008 e está em fase de acabamento nos dias atuais, aumentou a demanda desses produtos. Borracha (4,23%) e Vestuário (4,09%) fecham a lista dos principais produtos da exportação de Rondônia

A exportação de Roraima atingiu um montante financeiro na ordem de US\$ 143.9 milhões. O principal produto das vendas internacionais do estado é a Madeira, que representa 53,5% do total acumulado da pesquisa. A concentração pode ser explicada pelo motivo da abundante fonte natural do produto no território do Estado, que é coberto por selva amazônica. Os outros principais produtos também são de origem primária e saem do país com baixo valor agregado.

As importações de Roraima apresentam um volume financeiro na casa de US\$ 68.4 milhões. A qualificação dos principais produtos mostra a concentração do volume financeiro na compra, especialmente, de produtos químicos e adubos e fertilizantes. Os outros produtos seguem a linha da importação dos outros estados do norte: Máquinas industriais e aeronaves completam a lista dos produtos mais importantes em relação à importação de Roraima durante os anos estudados (1997 a 2012).

No estado do Tocantins, verificou-se em suas exportações no acumulado de 1997 a 2012 um total de US\$ 2.7 bilhões. Os produtos oriundos extrativismo não aparecem em destaque entre os principais itens exportados pelos tocaninenses. No caso deste estado, que herdou do antigo estado ao qual seu território fazia parte – Goiás – o potencial na produção agropecuária. Produtos derivados de grãos e carnes de animais concentram mais de 90% do volume financeiro acumulado na venda internacional do Tocantins.

A importação do Tocantins atingiu um volume financeiro de US\$1 bilhão. A concentração da distribuição relativa pode estar ligada a alta atividade agrícola do estado, pois o item adubos e fertilizantes (12,1%) é o segundo mais importante no acumulado entre 1997 e 2012.

5 Índices do Comércio Internacional dos Estados da Região Norte do Brasil

Os cálculos dos índices de quantum revelam a tendência nos fluxos de comércio internacional dos estados da Região Norte ao longo dos anos em estudo. Dois estados da região apresentam perda nos termos de troca, enquanto todos os outros apresentam grandes ganhos nesse mesmo termo. Isso pode ser explicado em parte pela alta do preço das commodities durante o período pesquisado. Como visto anteriormente, os estados da Região são grandes exportadores de matéria-prima, e a alta no preço desses produtos significa aumento do ganho dos produtores do mesmo.

Para o Acre, na comparação entre 2012/1997 o índice de Fischer das importações indica o número 132,14, ou seja, 32,14% de aumento. O índice Fischer das exportações aponta um aumento de 223,79, isto é, 123,79% de aumento nos preços. O quantum exportado aumentou 20,34, na comparação ente 1997 e 2012, enquanto o quantum importado subiu em patamar menos elevado, registrado em 0,13. A relação termos de troca no Acre nos mostra que o valor das exportações cobriu 169,36% do valor importado, indicando ganho nos termos de troca desse estado.

O Amapá, na comparação entre 2012/1997 o índice de Fischer das importações indica o número 108,98, ou seja, 8,98% de aumento nos preços. O índice Fischer das exportações aponta um aumento de 21,3, isto é, -78,7% de queda nos preços. O quantum exportado aumentou 6,41, na comparação ente 1997 e 2012, enquanto o quantum importado subiu em patamar mais elevado, registrado em 22,30. A relação termos de troca no Amapá nos mostra que o valor das exportações cobriu 510,36% do valor importado, indicando ganho nos termos de troca desse estado.

No Amazonas, na comparação entre 2012/1997 o índice de Fischer das importações indica o número 169,99, ou seja, 69,99% de aumento nos preços. O índice Fischer das exportações aponta o número 154,07, isto é, 54,07% de aumento nos preços. O quantum exportado aumentou 3,31, na comparação ente 1997 e 2012, enquanto o quantum importado subiu em patamar menos elevado, registrado em 1,81. A relação termos de troca no Amazonas nos mostra que o valor das exportações cobriu apenas 90,36% do valor importado, indicando perda nos termos de troca desse estado.

Para o Pará, na comparação entre 2012/1997 o índice de Fischer das importações indica o número 130,89, ou seja, 30,89% de aumento nos preços. O índice Fischer das exportações aponta o número 261,19, isto é, 161,19% de aumento nos preços. O quantum exportado aumentou 2,5 na comparação ente 1997 e 2012, enquanto o quantum importado subiu em patamar mais elevado, registrado em 4,81. A relação termos de troca no Pará nos mostra que o valor das exportações cobriu 199,54% do valor importado, indicando ganho nos termos de troca desse estado.

Em Rondônia, na comparação entre 2012/1997 o índice de Fischer das importações indica o número 70,95, ou seja, -29,05% de baixa nos preços. O índice Fischer das exportações aponta o número 342,2, isto é, 242,2% de aumento nos preços. O quantum exportado aumentou 6,20

na comparação entre 1997 e 2012, enquanto o quantum importado subiu em patamar mais elevado, registrado em 54,82. A relação termos de troca em Rondônia nos mostra que o valor das exportações cobriu 482,27% do valor importado, indicando ganho nos termos de troca desse estado.

Roraima, na comparação entre 2012/1997 o índice de Fischer das importações indica o número 181,33, ou seja, 81,33% de aumento nos preços. O índice Fischer das exportações aponta o número 98,67, isto é, 1,33% de diminuição nos preços. O quantum exportado aumentou 5,94 na comparação entre 1997 e 2012, enquanto o quantum importado subiu em patamar menos elevado, registrado em 0,54. A relação termos de troca em Roraima nos mostra que o valor das exportações cobriu apenas 54,41% do valor importado, indicando perda nos termos de troca desse estado.

Já no Tocantins, na comparação entre 2012/1997 o índice de Fischer das importações indica o número 43,16, ou seja, 56,84% de diminuição nos preços. O índice Fischer das exportações aponta o número 129,40, isto é, 29,40% de aumento nos preços. O quantum exportado aumentou 50,8 na comparação entre 1997 e 2012, enquanto o quantum importado subiu em patamar menos elevado, registrado em 8,32. A relação termos de troca em Tocantins nos mostra que o valor das exportações cobriu 299,81% do valor importado, indicando ganho nos termos de troca desse estado.

Roraima e Amazonas foram os dois únicos estados da região que apresentaram perda nos termos de trocas no total do período da pesquisa devido a diminuição do preço das exportações e o aumento dos preços nas importações. Os outros estados apresentaram ganhos nesses mesmos termos de troca. Enquanto Amapá, Pará e Rondônia registraram melhora significativa desses termos ao longo dos anos da pesquisa.

- As tabelas construídas com as informações estarão disponíveis quando solicitada aos autores.

6 Referencias Bibliográficas

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional*. 8 ed. São Paulo: Pearson, 2009.

LOPES VAZQUEZ, José. *Comércio Exterior Brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RATTI, Bruno. *Comércio Internacional e câmbio*. 10 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

ARAÚJO, C. R. V. (1988). *História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória*. São Paulo: Atlas.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 319p.

BAUMANN, Renato. *Economia internacional: teoria e experiência brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, 442 p.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. *Revista Urutaguá* N° 11 2007. Livre comércio versus protecionismo. UEM, Maringá. Disponível em <www.urutagua.uem.br/011/11oliveira.htm>. Acesso em: 19 abr. 2013.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. O Estado Comercial fechado de Fichte e a origem das teorias políticas autárquicas fascistas e stalinistas. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLITICA, 4, jun. 1999. UFRGS, Porto Alegre. Disponível em <www.race.nuca.ie.ifrj.br>. Acesso em: 10 abr. 2013.

BECKER, B. Amazônia. São Paulo: Ática, 1998. 112p. (Série Princípios, n. 192).

BRAGA, T. “História da fundação das principais cidades do Pará, destacando os nomes de seus fundadores, o lugar dos primitivos estabelecimentos e seu nome indígena”. In: Apostilas de história do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1915. 83 p.

FURTADO, C. Dossiê Celso Furtado. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, n. 2, ano I, 2006.

REIS, A. C. F. R. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 344, jul./set 1984. P. 217-227.

BECKER, B. K.; STENNER, C. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FAORO, R. Os donos do poder. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Globo, 1984.

SILVA, M. C. O país do Amazonas. Manaus: Valer, 2004.

MEIRA MATTOS, G. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

STEVENSON, Willian J.. Estatística Aplicada à Administração. São Paulo: Harph & Row do Brasil, 1981.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Princípios da Estatística. São Paulo: Atlas, 1992.